



**ESTADO DO PARÁ**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS**

Publicado no D. O. E. n.º 28.31  
de 04/10/96. à pg. 8  
do 2º caderno

**RESOLUÇÃO Nº 4.982**

O Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em sessão plenária realizada no dia 1º de outubro de 1996,

**Considerando** proposição apresentada pelo Presidente, aprovada por votação unânime, conforme consta da ata da sessão,

**R E S O L V E:**

I - Os atos sujeitos a cadastro relacionados no artigo 105 do Regimento Interno que estejam com prazo de execução já vencido e ainda tramitando no Tribunal, após a audiência do Ministério Público deverão ser juntados à respectiva prestação de contas, para análise conjunta, por despacho da Presidência, independentemente de manifestação do Plenário, cabendo ao auditor destacar as irregularidades e ilegalidades acaso encontradas, ao elaborar seu relatório conclusivo;

II - Os processos tratando de atos referidos no item anterior que estejam com Conselheiro para relato, deverão ser encaminhados ao Gabinete da Presidência, para remessa aos respectivos auditores.

Sala das sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em 1º de outubro de 1996.

**Conselheiro Paulo Dourado**  
Presidente